

# DESIGUALDADES REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO ESTADO DO PARANÁ DE 1999 A 2008

JOSÉ MARIA RAMOS<sup>1</sup>  
PAULO ALEXANDRE NUNES<sup>2</sup>  
JOSEANE LAZARIN BIANCO<sup>3</sup>

## Resumo:

Compreender o grau de desigualdades regionais da economia paranaense, bem como, destacar a dinâmica do crescimento e consequente desenvolvimento econômico regional do Estado do Paraná entre os anos 1999 e 2008, é o objetivo deste artigo. Para o estudo das disparidades regionais utilizou-se dois indicadores de desigualdade: a relação entre rendas *per capita*, a qual foi aplicada para mensurar as desigualdades mesorregionais e o Coeficiente de Variação Ponderado de Williamson, que mede a dispersão dos níveis de renda *per capita* regional em relação ao Estado. Também foi calculado o Quociente Locacional, o qual permite identificar as desigualdades mesorregionais em relação ao emprego e desenvolvimento do parque produtivo de cada mesorregião paranaense. Os resultados obtidos demonstraram que há uma divergência no nível de renda *per capita* paranaense, ou seja, houve uma ampliação das desigualdades regionais, comprometendo dessa forma o equilíbrio do desenvolvimento e a redução das disparidades regionais. E com os resultados sobre os principais setores produtivos em cada região paranaense, constataram-se diferenças nos principais ramos que

absorvem a mão de obra regional, que consequentemente pode afetar a distribuição de renda em todo o Estado.

**Palavras-chave:** Economia paranaense, desigualdades regionais, desenvolvimento econômico.

**JEL R12**

## Abstract:

Understanding the extent of regional inequalities of Parana State economy, as well as, to outstand the growth dynamic and the consequent regional economical development of Parana State between 1999 and 2008 is our main objective of this work. For the study of the regional disparities has been used two inequalities indicators: the relation between per capita incomes, which was applied to measure the micro regional inequalities and the Williamson Coefficient,

which measures the dispersion of regional levels of per capita income concerning to the State. It has been also calculated the Location Quotient, which allows to identify the regional inequalities concerning to the employment and development of the productive industrial park of every micro region of the state. The results obtained from it have shown that there is a deviation in the per capita income level, that is, there was an increase of the regional inequalities compromising the balance of the development and the reduction of regional disparities. With the results on the main productive sectors of the state has been determined the main branches that absorb the regional work force, and consequently can affect the income distribution throughout the state.

**Key-words:** Parana State economy, regional inequalities, economical development.

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Unifacs – Universidade Salvador. Professor do Curso de Ciências Econômicas na Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Francisco Beltrão. Líder do Grupo de Pesquisa Planejamento Econômico e Crescimento. E-mail: jmrmosesco@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá. Professor do Curso de Ciências Econômicas na Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Francisco Beltrão. Membro do Grupo de Pesquisa Planejamento Econômico e Crescimento. E-mail: paulonunes\_78@hotmail.com

<sup>3</sup> Bacharel em Ciências Econômicas pela Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Francisco Beltrão.

## 1. Introdução

As desigualdades regionais têm estado na pauta das discussões tanto no Brasil quanto fora dele. Tal preocupação é resultado da necessidade de redução dos níveis de pobreza regional. Num primeiro momento, as discussões atentavam-se às desigualdades de renda *per capita* entre distintos países, que posteriormente passou às discussões sobre diferenças regionais de um mesmo país.

Conforme Alonso (2004), a formação das desigualdades regionais é parte integrante do desenvolvimento capitalista, porém a ocorrência de oscilações e padrões elevados não é desejável, podendo assim, levar algumas dessas economias a crescerem abaixo de suas capacidades potenciais e até introduzirem mecanismos que tendem a criar descontinuidades nas cadeias produtivas e a estabelecer a ineficiência regional.

O estudo das disparidades regionais de desenvolvimento e crescimento é relevante, não só pela importância teórica da especulação de tais causas, bem como, pela necessidade de esclarecer os desníveis observados entre as diversas regiões de uma mesma nação ou de um mesmo Estado.

Com ausência de uma política nacional de desenvolvimento regional claramente definida e num contexto marcado pela redução do papel do Estado na superação de disparidades regionais, o principal instrumento adotado pelo governo para fazer valer esse desenvolvimento foi a concessão de benefícios fiscais, financeiros e de infra-estrutura.

Reconhecer as desigualdades que assinalam os municípios paranaenses e buscar examiná-las utilizando os instrumentos desenvolvidos no contexto da produção teórica em economia regional pode ser um avanço importante para a formulação de políticas públicas que possam vir a combater as desigualdades sociais de forma susten-

tável promovendo o desenvolvimento endógeno.

Este artigo tem por objetivo geral verificar o grau de disparidades regionais da economia paranaense - renda *per capita* - revelando a dinâmica do crescimento e consequente desenvolvimento econômico regional para o Estado do Paraná no período de 1999 a 2008. Especificamente pretende descrever o perfil do desenvolvimento econômico do Estado do Paraná e suas mesorregiões; examinar os indicadores de desigualdades regionais da distribuição de renda *per capita* no Estado do Paraná, a partir da Relação entre as rendas *per capita* (RRc) e do Coeficiente de Williamson (Vw). Também visa analisar as diferenças existentes entre as estruturas produtivas das mesmas mesorregiões.

Para alcançar os objetivos propostos, este trabalho está estruturado em mais quatro seções além desta introdução. A segunda seção diz respeito ao referencial teórico, o qual apresenta as teorias de Williamson, Myrdal, Perroux e outros autores referentes ao assunto em questão; na terceira seção apresenta-se a metodologia que foi utilizada para o desenvolvimento da pesquisa; em seguida, tem-se uma breve descrição das características do crescimento e desenvolvimento das mesorregiões do Estado do Paraná e os principais resultados do presente estudo; e na última seção as considerações finais.

## 2. Referencial teórico

Em relação à economia regional, vários autores se preocuparam com a questão espacial, tendo como um referencial clássico, David Ricardo (1821), mesmo não sendo teórico da economia regional, foi quem contribuiu com a teoria das vantagens comparativas, enfocando os diferenciais de produtividade (renda da terra) e de custos de transporte.

As principais contribuições teóricas do campo da economia regio-

nal surgiram com os trabalhos de Von Thünen (1826), Teoria Geral da Localização, onde direcionou suas análises para fatores locais, tendo como resultado a renda diferencial (local). Alfred Weber (1909) desenvolveu seu trabalho sobre a localização das indústrias, propondo uma relação funcional entre o custo total da atividade industrial com custos de transporte e custos de beneficiamento. [...] Outra contribuição importante deve-se a Douglas North (1955) e sua teoria da base de exportação, que segundo ele, o crescimento/desenvolvimento será decorrência do dinamismo da base de exportação e da difusão desse dinamismo para o resto da economia regional (RAMOS, 2003, p. 16).

Não menos importante, a teoria de Hirschman (1977) busca demonstrar de que forma o crescimento econômico pode ser transmitido de uma região para outra ou de um país para outro, partindo do pressuposto que o progresso econômico não ocorre no mesmo instante em toda parte e que uma vez ocorrido, forças poderosas provocam uma concentração espacial do crescimento econômico em torno do ponto onde o processo se inicia - os denominados efeitos de encadeamento.

A necessidade do surgimento de pontos de crescimento ou pólos de crescimento durante o processo de desenvolvimento significa que as desigualdades internacionais e inter-regionais de crescimento são condição inevitável e concomitante ao próprio processo de crescimento (HIRSCHMAN, 1977, p. 36).

Para Perroux (1977) o crescimento é localizado, não disseminado no aparelho produtivo e também é forçosamente desequilibrado explicando, assim, que a concentração do crescimento econômico se justifica em pólos hegemônicos. "A única maneira de solucionar o impasse entre equidade e eficiência é uma política de pólos de crescimento em

que se reconheça que nem todos os núcleos se desenvolverão, e que haverá necessariamente migrações” (Perroux, 1977, p. 142). Isso quer dizer que o objetivo de crescimento nacional é primordial e que não se devem escolher pólos que não possuem o potencial de desenvolvimento.

Em torno desses pólos há necessidade de uma estrutura para atender as exigências locais, e com isso o número de indivíduos empregados se eleva, elevando também o consumo local e uma infra-estrutura melhor (PERROUX, 1977).

Myrdal (1972) explica o dinamismo das desigualdades econômicas nacionais tanto internacionais, desenvolvendo a noção de que o equilíbrio consolidado é uma falsa analogia à realidade social. Qualquer transformação não provoca mudanças compensatórias e sim conduz o sistema na mesma direção da mudança original.

O poder de atração de um centro econômico origina de um fato histórico eventual e a partir daí as economias sempre crescentes fortificam e detêm esse crescimento contínuo à custa de outras regiões ou localidades, nas quais a estagnação ou a regressão relativa se torna norma. Nas localidades que a atividade se expande a imigração em massa é atraída ocorrendo um rápido crescimento em detrimento das outras que perderam tal mão-de-obra (MYRDAL, 1972).

Contudo as prescrições que se difundiram durante as décadas de 1950 e 1960, a respeito do desenvolvimento regional já não explicavam os novos padrões de produção baseados na automação integrada flexível dos anos 80, o que determinava novas formas de explicar o desenvolvimento econômico.

A partir da década de 1980 a macroeconomia do desenvolvimento passa a dispensar atenção cada vez maior, referentes a retornos crescentes de escala<sup>4</sup> e à natureza endógena de tal desenvolvimento, passando a incorporar em sua teo-

ria a formação de redes de aprendizado e cooperação entre firmas, bem como na incessante busca de ambientes que estimulem de forma permanente a inovação industrial (CAVALCANTE, 2003).

Na sugestão de Amaral Filho (1996), novas categorias de análises devem ser criadas para compreender melhor o desempenho das regiões. Assim, a análise regional deve levar em consideração fatores endógenos como: capital humano<sup>5</sup>, as instituições, a pesquisa e desenvolvimento, o conhecimento e o acesso à informação.

O desenvolvimento endógeno está associado não apenas a um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, mas, também à capacidade de absorção da região através da retenção do excedente econômico gerado na economia local. Nas localidades menos desenvolvidas, no entanto, a promoção do desenvolvimento endógeno requer não apenas a atração de investimentos, mas a sua assimilação pela economia local, permitindo a apropriação interna dos excedentes gerados e o estabelecimento de vínculos econômicos e tecnológicos com as demais empresas e instituições locais (AMARAL FILHO, 1996).

Para analisar o desenvolvimento de forma abrangente é necessário considerar seus vários aspectos, entre os quais cabe destacar o econômico, o social, o político e o cultural. Os aspectos econômicos e sociais são usualmente considerados em conjunto, devido à grande dificuldade de separá-los de forma satisfatória, e podem ser analisados como representantes do nível de

vida da população (CLEMENTE, 1994).

Boisier (1988), em seu modelo defende o desenvolvimento realizado “de baixo para cima”, isto é, faz-se um planejamento local, o qual é conduzido pelo governo e através de estudos verificam-se as qualidades da região e o que nela pode ser implantado para que haja crescimento. Com isso cria-se uma infraestrutura para que o desenvolvimento venha a acontecer. Alguns fatores como a cultura e o desenvolvimento histórico influenciam no progresso da região, contribuindo para uma avaliação local.

Para Schumpeter (1982) o desenvolvimento se explica através de mudanças endógenas, isto é, que são impostas de dentro, mudança de iniciativa própria. Logo desenvolvimento econômico, se dá quando há mudanças na estrutura econômica e essa economia possa se adaptar a tais mudanças que sejam contínuas e espontâneas.

A dinâmica de uma determinada região tem forte associação com duas condições: “a primeira são as condições iniciais ligadas à história da região, a segunda são as antecipações dos agentes, ou seja, as expectativas (positivas) dos agentes com relação ao futuro da região” (AMARAL FILHO, 1996, p. 49).

Conforme Cavalcante (2003) o modelo de *Solow*<sup>6</sup> enfoca que certas regiões apresentam níveis de renda *per capita* menores do que outras devido a ter menores estoques de capital por unidade de trabalho e a combinação de seus fatores de produção são menos eficientes.

Contudo, a capacidade de crescimento ou o desenvolvimento econômico não se dá de forma igualitá-

<sup>4</sup> Também chamados de ‘economias de escala’ – ocorre quando o custo de produção cai, dado um aumento na produção.

<sup>5</sup> Capital incorporado aos seres humanos; capacidade e habilidade intelectual; educação e conhecimento individual.

<sup>6</sup> O Modelo de *Solow* enfatiza a noção de que o crescimento econômico vem da acumulação de bens de capital. Quanto mais capital por trabalhador maior a produtividade do trabalho, portanto maior o produto.

“ Para mensurar os desníveis regionais, Williamson (1977) desenvolveu o Coeficiente de Variação Ponderado que leva seu nome. “A análise de Williamson revelou alguns aspectos interessantes dos desníveis regionais, cabendo notar ser significativa a correlação entre o nível de ... ”

ria nos diferentes estados ou distintas regiões de uma nação. Dessa forma quando ocorre o desenvolvimento em algum lugar, as barreiras regionais podem ser grandes o bastante para impedir que seja transmitido o estímulo de crescimento as regiões menos favorecidas. Porém, enquanto existirem tais barreiras ao comércio e ao fluxo de fatores tal disparidade regional só aumentará (WILLIAMSON, 1977, p. 56).

“De uma maneira mais geral, pode haver deficiências nas relações interregionais nos estágios iniciais do crescimento econômico, e por isso os efeitos de dispersão do progresso tecnológico, da mudança social, e dos multiplicadores da renda se tornam minimizados” (WILLIAMSON, 1977, p. 59). O processo de crescimento de um país se compõe da unificação das economias regionais, e uma vez que tal vinculação entre regiões se de lentamente, provavelmente que o desenvolvimento nacional regionalizado permaneça nas etapas iniciais do crescimento.

### 3 Metodologia

O estudo sobre as desigualdades intermunicipais e regionais estabelece a definição da região e a divisão regional que foi adotada. Esses dois elementos elencados foram pré-requisitos essenciais para a pesquisa e o estudo dos fenômenos econômicos e sociais regionais. A divisão regional utilizada segue o princípio de Richardson (1975), segundo o qual um dos mecanismos de superar o problema da regionalização é trabalhar com as regiões administrativas adotadas por órgãos governamentais, já que as informações disponíveis estão sistematizadas, conforme a regionalização oficial. Desta forma, o estudo foi desenvolvido tendo por base as informações disponíveis para as dez mesorregiões do Paraná, segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para mensurar os desníveis regionais, Williamson (1977) desenvolveu o Coeficiente de Variação Ponderado que leva seu nome. “A análise de Williamson revelou alguns aspectos interessantes dos desníveis regionais, cabendo notar ser significativa a correlação entre o nível de desenvolvimento econômico dos países e o grau de desigualdade econômica entre sua região” (ROSSETTI, 1993, p. 174).

#### 3.1 Indicadores de Desigualdades Regionais

O estudo das desigualdades regionais tem sido mensurado a partir de um indicador de bem-estar econômico e social, isto é, a renda *per capita* regional. Ainda que haja precariedade neste indicador, as análises são efetuadas, pois existe uma associação forte entre a renda *per capita* e o consumo dos bens e serviços que tal renda proporciona (ANDRADE, 1977, p. 118).

A produção teórica e empírica em economia regional conta com vários indicadores de desigualdade, entretanto, neste trabalho serão utilizados dois dos mais usados na maior parte das discussões recen-

tes sobre o tema: a Relação entre rendas *per capita* e o Coeficiente de variação ponderado de Williamson.

#### 3.1.1 Relação entre as rendas *per capita*

O mais simples indicador de desigualdades regionais é a Relação entre Rendas *per Capita* (RRC), que pode ser definido partindo do quociente entre a renda *per capita* da região de maior renda e a da região de menor renda.

O indicador citado é empregado para a aferição das desigualdades interestaduais ou interregionais de renda, porém neste trabalho será utilizado em um nível maior de desagregação. Dessa forma a RRC é empregada para mensurar as desigualdades regionais de renda *per capita*, considerando  $Y_i$  a renda da região  $i$  e  $P_i$  a população da região  $i$ .

$$RRC = \frac{\left( \frac{Y_i}{P_i} \right)_{\max}}{\left( \frac{Y_i}{P_i} \right)_{\min}}$$

Onde:  $Y_i$  é a renda da região  $i$  e  $P_i$  é a população da região  $i$ .

Mesmo que tal indicador seja de fácil assimilação, a Relação entre Rendas *per Capita*, evidentemente, não é capaz de captar os movimentos de concentração que ocorrem ou deixam de ocorrer entre as regiões que compõem o Estado e é excessivamente sensível a variações conjunturais de renda nos municípios de maior ou menor renda.

#### 3.1.2 O Coeficiente de Variação Ponderado de Williamson

Objetivando comparar indicadores de desigualdades regionais para um conjunto de 24 países, Williamson (1965), no clássico artigo intitulado “*Regional Inequality and the Process of National Development: A Description of the Patterns*” - Desigualdade regional e o processo de desenvolvimento na-

cional: Uma descrição dos padrões -, propõe um indicador que denomina Coeficiente de Variação Ponderado (Vw).

Este coeficiente de variação “mede a dispersão dos níveis de renda *per capita* regionais em relação à média nacional, onde os desvios apresentados por cada região são ponderados pela sua participação na população nacional” (WILLIAMSON, 1977, p. 100). Para um nível maior de desagregação, Vw pode ser utilizado para medir as desigualdades interregionais de renda, bastando que para isso considere-se  $Y_i$  a renda da região  $i$ ,  $P_i$  a população da região  $i$ ,  $Y$  a renda estadual,  $P$  a população estadual e  $n$  o número de regiões que compõem o Estado.

Tal coeficiente é um indicador ponderado de variação que mede a dispersão dos níveis de renda *per capita* regional em relação à média do Estado, nesse caso, sendo cada desvio regional ponderado pela participação da respectiva região na população do Estado. Dessa forma, quanto maior for Vw, maior será o diferencial da renda em termos espaciais (ALONSO, 2004).

$$V_w = \frac{\sqrt{\sum_{i=1}^n \left( \frac{Y_i}{P_i} - \frac{Y}{P} \right)^2 \frac{P_i}{P}}}{\frac{Y}{P}}$$

Onde:  $Y_i$  é a renda da mesorregião  $i$ ,  $P_i$  é a população da mesorregião  $i$ ,  $Y$  é a renda estadual,  $P$  é a população estadual e  $n$  é o número de mesorregiões que compõem o Estado.

Em qualquer dos casos, a medida de desconcentração fornecida pelo Coeficiente de Variação Ponderado de Williamson depende de um componente arbitrário, associado à forma como o país em análise foi subdividido em Estados ou como o Estado foi segmentado em mesorregiões. Por esta razão as análises devem ‘congelar’ uma determinada divisão geopolítica para

evitar que a inclusão de novos Estados, mesorregiões, distorça os resultados sem que tenha havido de fato alterações nos níveis de concentração de renda.

Outra análise de grande interesse seria observar o comportamento da especialização de cada mesorregião paranaense em relação ao número de pessoal ocupado, sendo que este comportamento pode ser mensurado pela aplicação do método de Quocientes Locacionais, tal método muito utilizado em outros trabalhos que procuram identificar atividades de suma importância para a economia de determinada região, entre estes, pode-se citar o trabalho de Lima et al. (2006), o qual procura identificar os setores que obtiveram maior desempenho no período de análise proposto, sendo de 1991 a 2000. Fazendo-se uso da metodologia utilizada por estes autores, neste trabalho será apresentada uma atualização dos resultados obtidos pelos mesmos, assim o período de análise é de 1999 até 2010.

A fórmula para o cálculo do Quociente Locacional (QL) é apresentada logo abaixo:

$$QL_{ij} = \frac{\sum_i E_{ij}}{\frac{\sum_i E_{ij}}{\sum_i \sum_j E_{ij}}}$$

Sendo que:

- $E_{ij}$  = Mão de obra no setor  $i$  da mesorregião  $j$ ;
- $\sum_j E_{ij}$  = Mão de obra total na mesorregião  $j$ ;
- $\sum_i E_{ij}$  = Mão de obra no setor  $i$  de todas as mesorregiões;
- $\sum_i \sum_j E_{ij}$  = Mão de obra total em todas as mesorregiões.

O Quociente Locacional é conhecido na literatura como uma medida de especialização, isto é, o mesmo reflete o quanto determinada região é especializada em alguma atividade. A variável utilizada para esta análise é a mão de obra ocupada por setor, a utilização desta va-

“ Portanto, outras variáveis poderiam ser utilizadas para a análise proposta, como o valor bruto da produção por setor, o valor adicionado bruto ou valor ... ”

riável para este fim, tem por base o que salienta Lima et al. (2006), “...a variável emprego ou mão de obra ocupada ainda demanda menos ajustes, principalmente de atualização monetária”. Portanto, outras variáveis poderiam ser utilizadas para a análise proposta, como o valor bruto da produção por setor, o valor adicionado bruto ou valor adicionado fiscal, porém o número de mão de obra ocupada preenche bem os requisitos necessários para alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa.

A interpretação dos resultados obtidos com o cálculo do Quociente Locacional, é da seguinte forma:

$QL_i^j \geq 1$  pode-se dizer que o setor  $i$  é mais concentrado na mesorregião  $j$  do que no Estado como um todo.

$QL_i^j < 1$  pode-se dizer que o setor  $i$  é menos concentrado na mesorregião  $j$  do que no Estado como um todo, dando a indicação que esta mesorregião pode ser uma importadora em potencial de produtos originários desta atividade.

Os dados sobre o número de empregos por setor utilizados para a realização dos cálculos o Quociente Locacional foram obtidos da base de dados do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), assim como outras informações necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa. O quadro 1 apresenta quais os setores são considerados nesta pesquisa.

SETOR
Indústria de Extração de Minerais
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos
Indústria Metalúrgica
Indústria Mecânica
Indústria de Materiais Elétricos
Indústria de Materiais de Transporte
Indústria da Madeira e do Mobiliário
Indústria do Papel, Papelão
Indústria Diversas
Indústria Química
Indústria Têxtil
Indústria de Calçados
Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebida
Serviços Industriais de Utilidade Pública
Construção Civil
Comércio Varejista
Comércio Atacadista
Instituições de Crédito, Seguro
Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários
Transporte e Comunicações
Serviços de Alojamento, Alimentação
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários
Ensino
Administração Pública
Agropecuária
Atividade não Especificada ou Classificada

**Quadro 1 – Setores considerados para o cálculo do Quociente Locacional das mesorregiões paranaenses.**

Fonte: Elaborado pelos autores.

As demais informações necessárias para a conclusão deste estudo foram obtidas da base de dados do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e do IBGE.

Para o desenvolvimento da análise utilizou-se de materiais bibliográficos pertinentes ao assunto em questão, visando atender aos objetivos propostos.

**4. A economia paranaense e as desigualdades regionais**

A economia paranaense passou por grandes transformações ao longo das últimas décadas, principalmente no que diz respeito a sua base produtiva. Houve mudanças

significativas, a economia passou de basicamente agrícola com forte intervenção do Estado, para uma economia com diversas modernizações no processo produtivo e pouca participação governamental (GUALDA, 2005).

Nas primeiras décadas do século passado o setor econômico do Estado do Paraná teve participação na economia nacional com a produção e comercialização de poucos produtos primários. O café teve destaque no setor entre os anos 30 e 60, sendo o principal produto comercializado e responsável pelo desenvolvimento (TRINTIN, 2006).

Em meados dos anos 60, a economia nacional voltou a crescer, surgindo possibilidades de articu-

“*Tal processo contribuiu para o desenvolvimento regional, em especial para a economia paranaense, pois esta passou a contar com investimentos oriundos da política de desenvolvimento regional...*”

lação dentro da divisão do trabalho em âmbito nacional, melhorando a estrutura produtiva da economia brasileira. “Tal processo contribuiu para o desenvolvimento regional, em especial para a economia paranaense, pois esta passou a contar com investimentos oriundos da política de desenvolvimento regional, possibilitando assim maior inserção da economia estadual no mercado nacional” (TRINTIN, 2006, p. 39).

Como consequência da rápida ocupação e expansão do número de estabelecimentos rurais, a economia estadual passou a ser alavancada pelo setor agrícola que era responsável pela metade da renda do Estado. As demais atividades giravam em torno do desenvolvimento da agricultura (TRINTIN, 2006).

Nas décadas de 70 e 80, o quadro começa a se alterar, a estrutura produtiva sofre mudanças, trazendo para tal economia um forte dinamismo e diversificação para o processo industrial, proporcionando a este, ser um dos setores mais importantes na geração da renda estadual. Tais transformações só ocorreram graças ao setor agrícola que por sua vez também se modernizou, sendo este o principal fornecedor de matérias-primas à indústria (TRINTIN, 2006).

“De 1985 a 1998, a indústria paranaense teve um crescimento maior que a média nacional transformando o setor industrial do Paraná no quarto mais importante do país, que segundo Trintin (2006)...”

O Estado do Paraná adotou nos anos 70 e 80 uma estratégia de industrialização complementar à região Sudeste do Brasil resultando numa estrutura econômica concentrada setorialmente na produção de bens intermediários e espacialmente na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Contudo, ainda na década de 1980 começou a se perceber os primeiros sinais de esgotamento do modelo optado.

De 1985 a 1998, a indústria paranaense teve um crescimento maior que a média nacional transformando o setor industrial do Paraná no quarto mais importante do país, que segundo Trintin (2006),

embora esse processo tenha ocorrido num contexto de desaceleração do crescimento econômico, forçou as empresas paranaenses a atuarem num ambiente de grandes incertezas ajustando-se a nova realidade econômica do país em meio a crise dos anos 80.

Conforme Trintin (2006), o forte crescimento da indústria paranaense entre os anos 80 e 90 foi marcado por importantes mudanças que tiraram da mesma seu caráter agroindustrial. As forças que comandam a geração de emprego e renda no Estado estão atualmente mais ligadas à indústria que à agricultura. Tal processo de crescimento e diversificação da economia paranaense contou com estímulos ofertados pelas políticas de desenvolvimento regional, tanto das que se refere à modernização da agricultura, quanto das políticas de desenvolvimento regional constantes no II Plano Nacional de Desenvolvimento.

Segundo Macedo (2002) a partir de meados da década de 90, a participação da indústria paranaense no total da indústria brasileira cresceu consideravelmente, principalmente os bens intermediários, bens de capital e de consumo duráveis, com destaque para o gênero transportes. Outro setor responsável por intenso fluxo de investimentos é o

automotivo, com elevado potencial de geração de efeitos endógenos diretos e indiretos, em particular no setor serviços.

Contudo o recente desenvolvimento paranaense se dá intensamente pela base produtiva e da sua concentração em alguns pólos regionais, definindo os contornos dessas disparidades tanto entre regiões quanto dentro delas. Disparidades nos movimentos populacionais e nos indicadores econômicos e sociais, frutos da capacidade de superação de obstáculos naturais, no enfrentamento de crises e otimização de recursos inseridos no processo produtivo do Estado (IPARDES, 2004, p. 4).

O Estado do Paraná está dividido em 10 mesorregiões geográficas. As mesorregiões geográficas são heterogêneas, em termos de composição municipal, populacional, urbanização, dinâmica de crescimento e participação na renda da economia do estado do Paraná.

A participação na renda estadual e a evolução demográfica indicam para uma concentração da dinâmica socioeconômica em um número reduzido de regiões, destacando a mesorregião Metropolitana de Curitiba. A tabela 1 apresenta as regiões e seus respectivos valores referentes ao PIB mesorregional no período 1999 a 2008.

**Tabela 1 - PIB paranaense segundo as mesorregiões, de 1999 a 2008.**

Mesorregião	Produto Interno Bruto – A preço de mercado corrente de 2000 em (R\$ 1.000)									
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total Estado	65.536.845	65.968.713	66.781.339	73.386.318	79.894.507	82.716.319	79.827.742	81.142.010	90.607.193	92.796.260
Metropolitana	25.942.163	27.120.189	28.152.156	31.926.835	34.115.212	36.100.300	35.778.950	36.665.868	36.665.868	41.632.648
Norte Central	11.235.614	10.996.690	10.665.685	11.995.385	13.148.090	13.469.191	13.109.336	13.368.141	13.368.141	14.763.830
Oeste	9.536.734	9.395.279	9.299.486	9.600.452	10.178.562	10.205.899	9.816.027	9.814.907	11.040.985	11.145.348
Centro-Oriental	4.249.904	4.389.611	4.514.540	4.815.605	5.293.572	5.608.358	5.118.795	5.565.626	5.565.626	5.816.363
Centro-Sul	2.978.265	2.855.170	3.229.836	3.137.931	3.463.547	3.585.384	3.440.249	3.015.240	3.015.240	3.660.272
Noroeste	2.959.044	2.910.029	2.722.709	2.939.175	3.383.843	3.410.257	3.207.076	3.391.416	3.391.416	3.580.414
Sudoeste	2.545.262	2.582.818	2.525.649	2.488.374	2.934.441	2.943.054	2.689.970	2.660.553	2.660.553	3.019.843
Norte-Pioneiro	2.558.193	2.369.107	2.285.861	2.500.007	2.868.485	2.922.952	2.606.857	2.614.028	2.614.028	2.829.074
Centro-Occidental	1.874.236	1.682.528	1.780.845	2.243.732	2.523.610	2.439.024	2.107.359	2.064.228	2.064.228	2.181.366
Sudeste	1.657.429	1.667.291	1.604.570	1.738.821	1.985.146	2.031.901	1.953.122	1.982.002	1.982.002	2.082.398

Fonte: Organizado pelos autores a partir dos dados do IPEA.

O produto interno bruto da região Metropolitana de Curitiba destaca-se no cenário estadual, sendo responsável por 39,58% da produção do Estado no ano de 1999 e 44,86% para o ano de 2008, um crescimento na participação 5,28%. Tal crescimento se caracteriza pela reorganização de processos produtivos, aumento nos níveis de eficiência e qualidade das empresas, redimensionamento da capacidade instalada em diversos ramos industriais e, principalmente a inserção da indústria automobilística na produção da região.

A região Norte Central representava em 1999, 17,14% da produção total e em 2006 caiu para 15,90%. Essa redução não resultou da perda de dinamismo da economia regional, mas principalmente do processo de concentração da atividade industrial na RMC, tornando-se o foco preferencial da instalação de segmentos modernos da indústria.

Percebe-se também que a região Oeste, a qual detinha 14,5% em

“  
*As demais regiões do Estado apresentam pequena participação na composição do PIB e todas tiveram redução no índice e participação, indicando um maior nível de concentração da economia paranaense.*  
 ”

1999, teve uma queda na participação no PIB paranaense de 2,48%, representando 12,01% da produção total do Estado para o ano de 2006.

A região Sudeste é a que apresenta a menor participação no PIB do Estado, 2,52% para o ano de 1999 e 2,24% em 2006. Compõe o grupo das mesorregiões com menor contribuição para a renda do Estado, porém se caracteriza pela maior estabilidade, sua dinâmica econômica apresenta fortes relações com o crescimento da RMC.

As demais regiões do Estado apresentam pequena participação na composição do PIB e todas tiveram redução no índice e participação, indicando um maior nível de concentração da economia paranaense.

A evolução demográfica recente, apresentada na tabela 2 e a participação na renda estadual apontam para uma concentração socio-econômica em um número reduzido de regiões, destacando a Região Metropolitana. Da mesma forma que o PIB, a região que detém a maior concentração da população é a Metropolitana de Curitiba, a qual expressa um percentual superior a 30% para o período em estudo.

**Tabela 2 - População do Paraná segundo as mesorregiões, de 1999 a 2008.**

Mesorregião	Estimativas das populações residentes									
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total Estado	9.375.592	9.492.790	9.694.709	9.798.006	9.906.866	10.135.388	10.261.856	10.387.378	10.284.503	10.590.169
Metropolitana	2.974.950	3.050.758	3.141.914	3.207.704	3.279.364	3.429.785	3.513.040	3.595.662	3.469.820	3.569.108
Norte Central	1.791.126	1.812.426	1.851.049	1.869.081	1.887.661	1.926.653	1.948.228	1.969.645	1.954.862	2.009.286
Oeste	1.125.293	1.140.013	1.152.796	1.164.272	1.176.197	1.201.226	1.215.075	1.228.825	1.245.391	1.281.828
Centro-Oriental	613.924	624.256	632.220	639.305	646.705	662.245	670.844	679.379	674.124	693.310
Noroeste	617.128	613.435	639.129	638.047	636.638	633.685	632.045	630.421	543.564	562.353
Centro-Sul	537.402	540.526	536.774	540.070	543.200	549.777	553.420	557.032	652.605	675.040
Norte Pioneiro	532.559	530.158	547.168	546.686	545.988	544.523	543.711	542.910	476.540	492.223
Sudoeste	473.629	474.011	471.787	471.471	470.931	469.804	469.179	468.559	540.296	556.175
Sudeste	372.975	376.777	380.455	383.304	386.104	391.976	395.228	398.453	331.220	339.321
Centro-Occidental	336.606	330.430	341.417	338.066	334.078	325.714	321.086	316.492	396.081	411.525

Fonte: Organizado pelos autores a partir dos dados do IPEA.

Tal avanço populacional decorreu da evasão do meio rural para a RMC estimulado pelas políticas de fomento ao desenvolvimento, e a implantação de plantas industriais, particularmente dos segmentos modernos da metal-mecânica e a implantação do pólo automotivo contribuindo fortemente no crescimento regional. Outro quesito relevante verifica-se na concentração de instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação, envolvendo universidades, instituições de pesquisa e parques tecnológicos.

A mesorregião Norte Central detém o segundo maior parque industrial do Paraná e se destaca pela diversificação em vários segmentos industriais e comerciais, fortemente concentrados em Londrina e Maringá. A região tem o segundo maior contingente de população, devido a forte presença de segmentos produtivos, bem como, os serviços de transporte e de apoio à atividade empresarial, e também dos serviços sociais como saúde e educação. Outro dado expressivo diz respeito ao ensino superior, com universidades estaduais e distintas opções de cursos ofertados, tanto para graduação e pós-graduação.

Em terceira posição aparece a região Oeste que justifica seu crescimento populacional concentrados em Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, contando com expressiva rede de cidades e fortalecida de intensa aglomeração em área de fronteira internacional. O destaque se observa principalmente no turismo, diante de atrativos como Parque Nacional do Iguaçu, as Cataratas do Iguaçu e o reservatório da Usina de Itaipu, sendo importante atributo nacional e internacional. Sendo viabilizados pela existência do aeroporto internacional em Foz do Iguaçu e um extraordinário parque hoteleiro.

Por sua vez, a região Sudeste possui uma das menores parcelas da população do Estado, ficando com menos de 4%. Porém, a mesma se expressa no mercado de trabalho, apresentando variação relativa do emprego formal, configurando uma das menores taxas de desemprego do Estado.

A região Centro-Ocidental demonstrou no período a menor população entre as mesorregiões. Até o início dos anos 70 a região era organizada basicamente pela agricultura familiar. A partir de então a mesma se integrou ao movimento de expansão da agricultura moder-

na no Paraná, movimento este que concentrou a terra e liberou a mão-de-obra rural, fundamentando a redução da população total.

Os diferentes níveis de renda auferidos pela população relacionam-se com incidência de pobreza. As regiões mais dinâmicas do Estado, com maior grau de urbanização, apresentam as menores taxas de pobreza. Porém, como vêm concentrando cada vez mais população, o número de famílias pobres que detêm é bastante elevado. Outra questão relacionada às condições sociais da população é observada através do IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal). Enquanto algumas mesorregiões demonstram proporções expressivas com índice superior ao do Brasil (0,766), outras vivem em situação abaixo de tal média (IPARDES, 2004).

As desigualdades regionais no Paraná podem também ser analisadas pela evolução da renda *per capita* das mesorregiões. A tabela 3 aponta que a Região Metropolitana de Curitiba em todo o período analisado apresenta uma média superior a do Estado, enquanto o Sudeste, praticamente não avançou no período analisado.

**Tabela 3 – Renda *per capita* paranaense segundo as mesorregiões, de 1999 a 2008.**

Mesorregião	Rendas <i>per capita</i> (R\$)									
	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999
Total Estado	8.810,07	8.762,49	7.812	7.779	8.161	8.065	7.490	6.888	6.949	6.990
Metropolitana	12.188,42	11.998,50	10.197	10.185	10.526	10.403	9.953	8.960	8.890	8.720
Centro-Oriental	7.206,14	7.552,36	8.192	7.630	8.469	8.185	7.533	7.141	7.032	6.923
Oeste	8.694,89	8.865,48	7.987	8.079	8.496	8.654	8.246	8.067	8.241	8.475
Norte Central	8.127,46	8.628,03	6.787	6.729	6.991	6.965	6.418	5.762	6.067	6.273
Centro-Occidental	6.251,32	6.733,84	6.522	6.563	7.488	7.554	6.637	5.216	5.092	5.568
Sudoeste	5.424,13	5.486,34	5.678	5.733	6.264	6.231	5.278	5.353	5.449	5.374
Centro-Sul	6.614,87	6.337,02	5.413	6.216	6.522	6.376	5.810	6.017	5.282	5.542
Noroeste	5.315,47	5.236,16	5.380	5.074	5.382	5.315	4.607	4.260	4.744	4.795
Sudeste	7.351,81	6.585,85	4.974	4.942	5.184	5.141	4.536	4.218	4.425	4.444
Norte Pioneiro	5.227,36	5.257,51	4.815	4.795	5.368	5.254	4.573	4.178	4.469	4.804

Fonte: Organizado pelos autores a partir dos dados do IPEA.

“  
*Os municípios de pequeno porte com fortes restrições ao desenvolvimento agrícola, porém com elevada população na área rural, apresentam níveis precários em educação, saúde, habitação, infraestrutura urbana e pobreza, ficando com o IDH-M entre os mais baixos do Estado do Paraná.*  
 ”

Contudo, mesmo a RMC se destacando com o maior PIB, maior população e conseqüentemente maior renda *per capita*, não corresponde a que detém os maiores Índices de Desenvolvimento Social. Existe uma enorme desigualdade entre seus 37 municípios. Os municípios de pequeno porte com fortes restrições ao desenvolvimento agrícola, porém com elevada população na área rural, apresentam níveis precários em educação, saúde, habitação, infraestrutura urbana e pobreza, ficando com o IDH-M entre os mais baixos do Estado do Paraná. Apresentou também a maior taxa de desemprego e uma das menores evoluções do emprego formal para o período analisado (IPARDES, 2004). Todavia, a diferenciação se coloca também para os municípios maiores, alguns se destacando pela intensa concentração de arrecadação e outros por um fraco desempenho. Para estes, o crescimento populacional gera uma situação de menor receita *per capita*.

A segunda colocada em maior renda *per capita* é a região Oeste, ultrapassando a média do Estado para todo o período analisado. Do ponto de vista social a região oferece possibilidades de avanço, mas ainda é grande o desafio para elevar a qualidade de vida da maioria de seus municípios. A região desponta concentrando 11 dos 23 municípios com melhores posições no Estado em termos de IDH-M. Entretanto, encontra-se na região Oeste municípios com os piores índices do Estado.

**Tabela 4 - Renda *per capita* em relação à renda *per capita* estadual, segundo as mesorregiões, 1999 a 2008**

Mesorregião	RpcMeso / RpcEstado							
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Metropolitana	1,25	1,28	1,30	1,33	1,29	1,29	1,31	1,31
Oeste	1,21	1,19	1,17	1,10	1,07	1,04	1,04	1,02
Centro-Oriental	1,00	1,01	1,04	1,01	1,01	1,04	1,00	1,05
Norte Central	0,90	0,87	0,84	0,86	0,86	0,86	0,87	0,87
Centro-Occidental	0,80	0,73	0,76	0,89	0,94	0,92	0,84	0,83
Sudoeste	0,77	0,78	0,78	0,70	0,77	0,77	0,74	0,73
Centro-Sul	0,79	0,76	0,87	0,78	0,79	0,80	0,80	0,69
Noroeste	0,69	0,68	0,62	0,62	0,66	0,66	0,65	0,69
Norte Pioneiro	0,69	0,64	0,61	0,61	0,65	0,66	0,62	0,62
Sudeste	0,64	0,64	0,61	0,61	0,64	0,64	0,64	0,64

Fonte: Organizado pelos autores a partir dos dados do IPEA.

O crescimento econômico deve eliminar as disparidades regionais ou que ao menos as mitigue. Contudo, a evidência empírica não demonstra tal fato. Santos (2001) ressalta que crescimento não é sinônimo de desenvolvimento, pois o primeiro diz respeito apenas à relação quantitativa do Produto Interno Bruto, já o segundo se refere à evolução qualitativa do crescimento econômico com melhoria na qualidade de vida da população. Salaria também que há duas visões opostas sobre a dinâmica do desenvolvimento. A visão convergente, que acredita no crescimento econômico como solução para reduzir as desigualdades e a visão divergente, a qual consolida que as desigualdades são inerentes ao crescimento econômico e próprio do sistema de mercado.

As desigualdades regionais já apontadas pela renda *per capita* das mesorregiões, também podem ser observadas pela RRC – Relação entre Rendas *per capita*, conforme dados da Tabela 5, dada a evidência da deterioração desse indicador. Houve uma pequena melhora a partir de 2003.

**Tabela 5 – Relação entre as Rendas *per capita* de 1999 a 2008**

Relação entre as rendas <i>per capita</i>									
1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
1,96	2,01	2,12	2,19	2,02	2,03	2,06	2,05	2,29	2,33

Fonte: Organizado pelos autores a partir dos dados do IPEA.

“ Com base nos valores apresentados na tabela 5, percebe-se que há uma divergência no nível de renda per capita, configurando-se assim num processo de divergência dos indicadores de renda para as mesorregiões paranaenses, assinalando a permanência das desigualdades regionais no Estado. ”

Pode haver crescimento econômico sem desenvolvimento, porém se as economias estiverem convergindo para o mesmo nível de renda *per capita* poder-se-á afirmar que estariam próximas do desenvolvimento econômico. Com base nos valores apresentados na tabela 5, percebe-se que há uma divergência no nível de renda *per capita*, configurando-se assim num processo de divergência dos indicadores de renda para as mesorregiões paranaenses, assinalando a permanência das desigualdades regionais no Estado.

Com o propósito de avaliar quantitativamente a evolução das desigualdades regionais no Estado do Paraná no período de 1999 a 2008, foi calculado o Coeficiente de Variação Ponderado de Williamson (Vw), utilizando os dados de população e renda obtidos conforme informações das tabelas 2 e 3. Tal co-

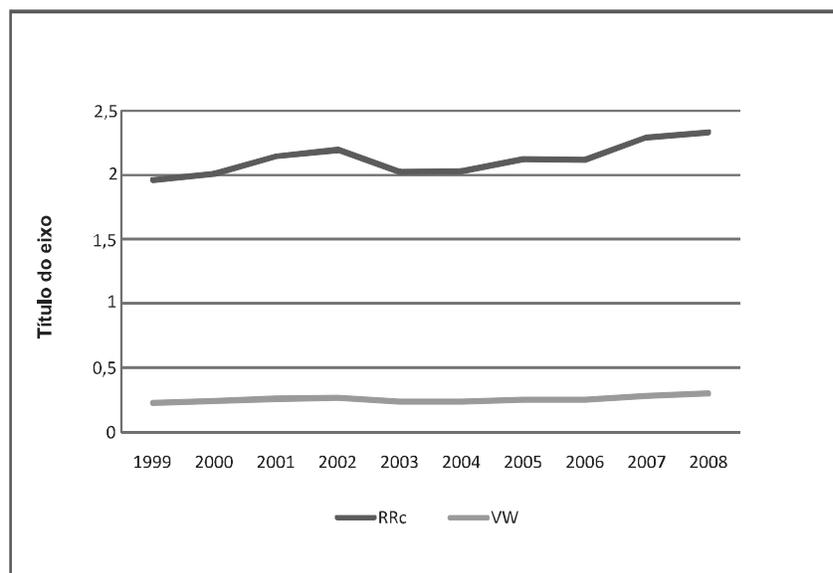
eficiente mede a dispersão dos níveis de renda *per capita* regional em relação à média estadual. Mostrando que quanto maior for o Vw, maior será a desigualdade da renda em termos espaciais, conforme evidenciado na tabela 6.

**Tabela 6 - Coeficiente de Variação Ponderado de Williamson, 1999 a 2008.**

Coeficiente de Variação Ponderado de Williamson									
1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
0,2255	0,2434	0,2600	0,2686	0,2373	0,2371	0,2507	0,2523	0,2840	0,2992

Fonte: Organizado pelos autores a partir dos dados do IPEA.

Os resultados do Coeficiente de Variação Ponderado de Williamson apontam para uma elevação das desigualdades de renda no Estado do Paraná, no período de 1999 a 2002, no qual o coeficiente passou de 0,2255 em 1999 para 0,2686 em 2002, representando um aumento de 16,04%. Entre 2003 a 2004 houve uma redução das desigualdades mesorregionais, mas que volta a se elevar já a partir de 2005. No período como um todo, ou seja, de 1999 a 2008 houve uma ampliação das desigualdade entre as mesorregiões do Estado do Paraná na ordem de 24,63%, conforme aponta os dados da tabela 06.



**Gráfico 1 - Medidas de desigualdade mesorregional, Relação entre rendas *per capita* e Coeficiente de Variação Ponderado de Williamson, 1999 a 2008.**

Fonte: Organizado pelos autores.

Para analisar o desempenho das mesorregiões paranaenses por setor, é apresentado abaixo as Tabelas 7 e 8, nas mesmas contém informações sobre o Quociente Locacional por setor para os anos de 1999 e 2010 respectivamente.

**TABELA 7 – Quociente Locacional das Mesorregiões paranaenses, 1999.**

Setores	Mesorregiões									
	Centro Occidental	Centro Oriental	Centro Sul	Met. Curit.	Noroeste	Norte Central	Norte Pion.	Oeste	Sudeste	Sudoeste
Ind. De Ext. de Minerais	0,755	3,027	0,477	1,029	0,622	0,494	1,922	0,630	1,885	0,478
Ind. De Prod Min. não Met	0,438	0,681	0,194	1,186	1,046	0,580	1,204	1,071	2,612	0,673
Ind. Metalúrgica	0,500	1,735	0,408	1,034	0,575	1,156	0,677	0,646	0,473	1,573
Ind. Mecânica	0,140	1,091	0,110	1,370	0,740	0,778	0,157	0,480	0,189	1,706
Ind. De Mat. Elét.	0,246	0,393	0,087	1,554	0,313	0,811	0,342	0,132	1,759	0,347
Ind. De Mat. De Transp.	0,126	0,299	0,055	1,789	0,141	0,582	0,096	0,271	0,110	0,088
Ind. Da Mad. E do Mob.	0,904	2,193	3,511	0,519	0,594	0,886	0,495	0,675	6,385	2,339
Ind. Do Papel, Papelão	0,279	3,356	4,155	0,942	0,297	0,624	0,190	0,479	2,125	0,613
Ind. Diversas	0,567	0,363	0,554	0,970	1,161	1,877	0,123	0,478	0,583	0,744
Ind. Química	0,038	0,707	0,693	1,293	0,390	1,271	0,173	0,391	0,908	0,485
Ind. Têxtil	2,110	0,582	0,110	0,249	3,254	2,270	1,596	0,687	0,221	2,157
Ind. De Calçados	3,962	0,183	0,242	0,307	2,040	2,249	0,693	1,380	1,507	0,787
Ind. De Alim. E de Beb.	0,872	1,123	0,470	0,510	2,300	1,521	1,628	1,417	0,475	1,661
S.I.U.P.	0,203	0,262	0,703	1,738	0,085	0,191	0,162	1,085	0,014	0,332
Construção Civil	0,344	1,169	0,831	1,131	0,536	1,070	0,265	1,154	0,491	0,632
Comércio Varejista	1,028	1,039	1,031	0,889	0,994	1,129	0,839	1,313	0,898	1,101
Comércio Atacadista	1,740	0,509	1,014	0,854	0,529	1,163	0,623	1,785	0,843	1,450
Instit. De Crédito e Seguro	0,849	0,613	0,617	1,202	0,722	0,959	0,799	0,887	0,562	0,801
Admin. De Imóveis	0,203	0,706	0,538	1,341	0,215	0,782	0,244	1,416	0,411	0,332
Transporte e Comum.	0,492	1,168	0,455	1,241	0,362	0,754	0,361	1,174	1,178	0,665
Serv. De Aloj., Alim.	1,368	0,869	0,752	1,061	0,687	1,017	0,808	1,235	0,485	0,669
Serv. Médicos e Vet.	0,753	0,811	0,853	1,066	0,757	1,145	0,872	0,881	0,709	0,932
Ensino	0,566	1,056	0,666	0,923	0,840	1,602	0,654	0,797	0,426	0,769
Adm. Pública	1,077	0,683	1,145	1,251	0,965	0,624	1,007	0,681	0,936	1,009
Agropecuária	3,083	1,707	1,598	0,129	3,235	1,249	5,064	0,771	0,854	1,093
Atividade não Espec.	0,000	0,000	0,000	0,947	0,000	2,959	0,000	0,000	0,000	0,000

Fonte: Elaborado pelos autores.

“  
*Observa-se  
 que esta mesorregião  
 possui uma  
 estrutura produtiva  
 diversificada,  
 indicando que a  
 concentração de  
 diversas atividades  
 econômicas possui  
 grande benefício para  
 o desenvolvimento de  
 uma região...*”

No ano de 1999 a mesorregião Centro Ocidental contava com 7 setores que obtiveram QL superior a 1, os quais são, Indústria de calçados; Agropecuária; Indústria têxtil; Comércio atacadista; Serviço de alojamento e alimentação; Administração pública e Comércio varejista, este resultado demonstram que no ano de 1999 essas atividades eram mais concentradas nesta mesorregião, indicando a importância desta mesorregião em relação a todo o Estado do Paraná referente a estes setores.

A mesorregião Centro Oriental no ano de 1999 contava com 11 setores com Quociente Locacional superior a 1, os mesmos são, Indústria do papel e papelão; Indústria de extração de minerais; Indústria da

madeira e mobiliário; Indústria metalúrgica; Agropecuária; Construção civil; Transportes e comunicação; Indústria de alimentos e bebidas; Indústria mecânica; Ensino e Comércio varejista. Observa-se que esta mesorregião possui uma estrutura produtiva diversificada, indicando que a concentração de diversas atividades econômicas possui grande benefício para o desenvolvimento de uma região, assim, não é necessário a importação de produtos das demais regiões do Estado, ou até mesmo de outras localidades.

A mesorregião Centro Sul, neste mesmo ano de 1999, teria 6 setores com QL superior a 1, tais setores são, Indústria de papel e papelão; Indústria de madeira e mobiliário; Agropecuária; Administração Pú-

“ Assim, os setores que obtiveram QL superior são os seguintes, Indústria de materiais de transportes; Serviços industriais de utilidade pública; Indústria de materiais elétricos; Indústria mecânica; Administração de imóveis...”

blica; Comércio varejista e Comércio atacadista. Observa-se que esta mesorregião possui forte dependência de setores ligados à agropecuária neste ano, e a Administração Pública também é um grande empregador de mão de obra em relação a todo o Estado do Paraná.

Na mesorregião Metropolitana de Curitiba, como é esperada, sua estrutura produtiva é uma das mais diversificadas no Estado do Paraná, tendo grande influência de setores ligados à indústria de transformação e prestação de serviços, isto é devido à forte concentração industrial nesta região. Assim, os setores que obtiveram QL superior são os seguintes, Indústria de materiais de transportes; Serviços industriais de utilidade pública; Indústria de materiais elétricos; Indústria mecânica; Administração de imóveis; Indústria química; Administração Pública; Transportes e Comunicação; Instituições de crédito e seguros; Indústria de produtos de minerais não metálicos; Construção civil; Serviços médicos e veterinários; Serviços de alojamento e alimentação; Indústria metalúrgica; Indústria de extração de minerais. Ao todo então, foram encontrados 15 seto-

res de grande importância nesta mesorregião.

Na mesorregião Noroeste do Paraná, foram encontrados 6 setores com QL superior a 1, a Indústria têxtil; Agropecuária; Indústria de alimentos e bebidas; Indústria de calçados; Indústria diversas e Indústria de produtos minerais não metálicos, estes setores apresentam possibilidades de exportação para outras regiões do Estado, assim como para outros Estados brasileiros ou mesmo para o resto do mundo. É interessante observar que estes setores também possuem forte ligação com a agropecuária, 3 destes setores são considerados na literatura como Agroindústrias, isto é, indústrias processadoras de insumos obtidos da agropecuária.

A Mesorregião Norte Central conta com 14 setores com o Quociente Locacional superior a 1, em primeiro lugar aparece Atividade não especificada, isto é, este setor não possui uma especificação conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Posteriormente tem-se, a Indústria têxtil; Indústria de calçados; Indústrias diversas; Ensino; Indústria de alimentos e bebidas; Indústria química; Agropecuária; Comércio atacadista; Indústria metalúrgica; Serviços médicos e veterinária; Comércio varejista; Construção civil e Serviços de alojamento e alimentação. Esta mesorregião, comparando-a com a mesorregião metropolitana de Curitiba, possui uma estrutura produtiva diversificada, tendo vários segmentos da economia em posição de destaque, portanto, conforme o resultado obtido é a segunda mesorregião fortemente desenvolvida no Estado do Paraná.

O Norte Pioneiro paranaense contou no ano de 1999 com 6 setores com QL superior a 1, sendo eles, a Agropecuária; Indústria de extração de minerais; Indústria de alimentos e bebidas; Indústria têxtil; Indústria de produtos de minerais não metálicos e Administração pública.

O Oeste paranaense teve 10 setores com QL superior a 1, Comércio atacadista; Indústria de alimentos e bebidas; Administração de imóveis; Indústria de calçados; Comércio varejista; Serviços de alojamento e alimentação; Transportes e comunicação; Construção civil; Serviços Industriais de Utilidade Pública e Indústria de produtos de minerais não metálicos. Esta mesorregião, portanto, contou com setores diversificados em sua estrutura, tendo a indústria de transformação e os serviços como fortes demandantes de mão de obra nesta região.

A mesorregião Sudeste do Paraná possuiu em 1999, 7 setores de grande importância para sua economia, sendo, Indústria da madeira e mobiliário; Indústria de produtos minerais não metálicos; Indústria do papel e papelão; Indústria de extração de minerais; Indústria de materiais elétricos; Indústria de calçados e Transportes e comunicação. É interessante observar, que entre estes setores, a indústria da madeira e mobiliário possui um QL de 6,385, este valor pode ser interpretado como a forte dependência que essa mesorregião tem sobre este setor.

Por fim, a mesorregião Sudoeste do Paraná no ano de 1999 teve 9 setores com QL superior a 1, os quais são, Indústria da madeira e do mobiliário; Indústria têxtil; Indústria mecânica; Indústria de alimentos e bebidas; Indústria metalúrgica; Comércio atacadista; Comércio varejista; Agropecuária e Administração Pública. Esta região apresentou uma estrutura produtiva considerável, setores diversificados tendo grande demanda de mão de obra.

A Tabela 8 apresenta o QL mesorregional por setor para o ano de 2010, permitindo assim, avaliar quais regiões do Estado do Paraná apresentaram mudanças, diversificando sua estrutura produtiva, conforme a maior absorção de mão de obra em seu processo produtivo.

**Tabela 8 – Quociente Locacional das Mesorregiões paranaenses, 2010.**

Setores	Mesorregiões									
	Centro Occidental	Centro Oriental	Centro Sul	Met. Curit.	Noroeste	Norte Central	Norte Pion.	Oeste	Sudeste	Sudoeste
Ind. de Ext. de Minerais	0,350	2,229	0,478	1,334	0,345	0,284	2,051	0,584	1,928	0,298
Ind. de Prod Min. não Met	0,399	0,622	0,461	1,147	1,206	0,676	1,280	0,959	2,567	0,820
Ind. Metalúrgica	0,443	1,224	0,339	1,036	0,632	1,159	1,432	0,656	0,373	1,526
Ind. Mecânica	0,697	0,711	0,103	1,438	0,660	0,712	0,322	0,686	0,165	0,940
Ind. de Mat. Elét.	0,350	0,058	0,009	1,141	0,321	1,151	2,776	0,197	2,228	1,639
Ind. de Mat. de Transp.	0,058	0,201	0,081	1,788	0,178	0,542	0,119	0,599	0,061	0,074
Ind. da Mad. e do Mob.	1,234	2,933	2,488	0,454	0,568	1,274	0,793	0,592	5,056	1,667
Ind. do Papel, Papelão	0,598	2,326	3,005	1,088	0,309	0,708	0,308	0,466	2,487	0,742
Ind. Diversas	0,802	0,988	0,293	0,985	0,975	1,598	0,243	0,709	0,418	0,616
Ind. Química	1,414	0,743	0,501	1,015	1,389	1,305	0,559	0,746	0,797	0,470
Ind. Têxtil	1,942	0,288	0,454	0,189	3,634	2,009	1,745	0,966	0,381	2,096
Ind. de Calçados	0,654	0,269	0,847	0,266	0,970	1,013	0,213	2,289	15,210	0,138
Ind. de Alim. e de Beb.	0,550	0,886	0,398	0,449	2,934	1,239	1,018	2,055	0,377	1,660
S.I.U.P.	0,063	0,191	0,353	1,842	0,153	0,118	0,300	0,928	0,266	0,273
Construção Civil	0,701	0,789	1,075	1,191	0,503	0,915	0,427	1,062	0,663	0,883
Comércio Varejista	1,107	1,119	1,264	0,870	0,951	1,095	0,970	1,162	1,218	1,154
Comércio Atacadista	1,920	0,811	1,248	0,823	0,677	1,262	0,893	1,279	0,679	1,301
Instit. de Crédito e Seguro	0,725	0,621	0,768	1,265	0,606	0,897	0,693	0,838	0,497	0,849
Admin. de Imóveis	0,277	0,936	0,417	1,448	0,296	0,810	0,615	0,597	0,251	0,518
Transporte e Comum.	0,483	1,297	0,648	1,188	0,440	0,979	0,436	0,955	0,573	0,701
Serv. de Aloj., Alim.	1,085	0,850	0,784	1,113	0,655	0,998	0,930	1,075	0,711	0,569
Serv. Médicos e Vet.	0,754	0,781	0,680	1,172	0,678	1,008	0,719	0,933	0,830	0,645
Ensino	0,672	0,944	0,929	0,989	0,594	1,286	0,759	1,110	0,575	0,750
Adm. Pública	1,250	0,766	1,295	1,199	0,950	0,636	1,155	0,802	1,157	0,919
Agropecuária	2,927	2,091	2,654	0,194	2,074	0,965	4,096	1,073	1,958	1,723
Atividade não Espec.	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

Fonte: Elaborado pelos autores.

“  
*A mesorregião  
 Centro Sul no ano de  
 1999 apresentou 6  
 setores com QL  
 superior a 1, no ano  
 de 2010 apresentou 7  
 setores, tendo assim a  
 inserção do setor de  
 Serviços médicos e  
 veterinários. A  
 mesorregião  
 metropolitana...*”

Comparando-se com os resultados obtidos para o ano de 1999, a mesorregião Centro Ocidental que contava com 7 setores com QL superior a 1, no ano de 2010 foi observado a existência de 8 setores nesta mesma condição, o setor adicional observado foi a Indústria da madeira e do mobiliário. A mesorregião Centro Oriental, por outro lado, reduziu o número de setores com o Quociente Locacional superior a 1, no ano de 1999 contava com 11 setores, em 2010 este número reduziu para 7 setores, assim, os setores que perderam suas posições, foram, a Indústria de alimentos e bebidas; Indústria mecânica; Ensino e Construção civil. Porém, é interessante deixar claro que estes setores que não possuíam QL superior a 1 no ano de 2010, mas o tinham em 1999,

possuem QL superior a 0,7, estando em situação média, isto é, possuem grande importância, mas não se deve dizer que são atividades que apresentam possibilidades de exportação.

A mesorregião Centro Sul no ano de 1999 apresentou 6 setores com QL superior a 1, no ano de 2010 apresentou 7 setores, tendo assim a inserção do setor de Serviços médicos e veterinários. A mesorregião metropolitana de Curitiba também teve a inserção de um novo setor com o índice QL superior a 1, este novo setor é Indústria diversas, já em 1999 este setor possuía QL bem próximo a 1.

A mesorregião Noroeste no ano de 2010 reduziu o número de setores com QL superior a 1, em 1 unidade, sendo que o setor que perde

“  
*Essa divergência deve-se, principalmente, ao crescimento diferenciado entre as regiões, evidenciando destacadamente a Região Metropolitana de Curitiba, pois é a região que, ao longo do período analisado, vem aumentando expressivamente sua participação no Produto Interno Bruto do Estado do Paraná.*  
 ”

espaço é Indústria diversas, porém, seu valor em 2010 é bem próximo a 1. A mesorregião Norte Central reduz o seu número em dois setores com QL superior a 1, os mesmos são a Construção civil e Serviços de alojamento e alimentação. Por outro lado, o Norte Pioneiro tem a inserção de 2 setores com QL superior a 1, contando agora com 8 setores nesta situação, os novos setores são, Administração Pública e Indústria de alimentos e bebidas.

A mesorregião Sudeste teve o incremento de 2 setores com QL superior a 1, Agropecuária e comércio varejista. Estes setores por mais que não possuíam índices superiores a 1 em 1999, seus valores eram bem aproximados, estando em uma situação média. A mesorregião Sudoeste do Paraná, que em 1999 tinha 9 setores com QL superior a 1, em 2010 foi observado a existência de 8 setores nesta condição, acontecendo uma troca com a saída do setor

da Indústria mecânica e Administração Pública e a entrada do setor de material elétrico.

Com estas informações baseadas no cálculo do Quociente Locacional por setor nas mesorregiões paranaenses, pode-se observar como as mesmas se comportam em relação ao seu processo produtivo, e como as mesmas vêm se modernizando, dando suporte ao crescimento econômico e o desenvolvimento de todo o Estado do Paraná. Estas informações também se tornam úteis para a compreensão das aptidões regionais. A Tabela 9 apresenta o número de setores que obtiveram índices superior a 1 nos anos de 1999 e 2010, facilitando a comparação entre as mesmas.

**Tabela 9 – Número de Setores com QL superior a 1 por mesorregião, 1999 – 2010.**

Mesorregiões	1999	2010
Centro Ocidental	7	8
Centro Oriental	11	7
Centro Sul	6	7
Metropolitana de Curitiba	15	16
Noroeste	6	5
Norte Central	14	12
Norte Pioneiro	6	8
Oeste	10	8
Sudeste	7	9
Sudoeste	9	8

Fonte: Elaborado pelos autores.

## 5. Considerações finais

O Estado do Paraná conseguiu, em meio a anos difíceis para o país, ampliar e modernizar sua economia, projetando-se em direção à produção de bens de capital e de consumo duráveis. Não deixou também de propiciar o adensamento de sua indústria alimentar, agregando valor e competitividade. Os anos 90 introduziram, para muitos, a necessidade de ampliar os setores produtivos, para enfrentar concorren-

tes globais, num cenário de abertura comercial e das condições internacionais vigentes.

Os resultados obtidos possibilitaram concluir que, para o período em estudo, ou seja, de 1999 a 2008, houve um processo de divergência da renda *per capita* nas regiões do Estado do Paraná. Essa divergência deve-se, principalmente, ao crescimento diferenciado entre as regiões, evidenciando destacadamente a Região Metropolitana de Curitiba, pois é a região que, ao longo do período analisado, vem aumentando expressivamente sua participação no Produto Interno Bruto do Estado do Paraná. E, é a que também detém a maior concentração da população estadual, com um percentual de mais de 30% para o período analisado.

Das dez mesorregiões analisadas, apenas as regiões Metropolitana de Curitiba, Oeste e Centro-Oriental obtiveram elevação no valor da renda *per capita* comparado a renda *per capita* do Estado. Demonstrando dessa forma as desigualdades nas regiões do Paraná, com uma tendência de divergência, pois enquanto algumas apresentam crescimento da renda, outras não conseguem crescer e desenvolver-se economicamente e socialmente.

Embora haja evidente crescimento econômico do Estado não houve crescimento na mesma magnitude nas diferentes mesorregiões. A relação entre as rendas *per capita* (RRc) apresentou valores dos quais se observa uma divergência no nível de renda *per capita*. Da mesma forma, utilizando o Coeficiente de Variação Ponderado de Williamson (Vw), o qual mensurou a dispersão dos níveis de renda *per capita* regional, evidencia-se que não houve melhorias em termos de convergência do desenvolvimento mesorregional.

As diferenças entre as mesorregiões paranaenses podem ser visualizadas também segundo o comportamento de suas estruturas produtivas, enquanto que algumas

“ *Dados esses desafios, torna-se necessário a intervenção do Estado no papel de corrigir as disparidades regionais e sociais, visando orientar as políticas públicas, de forma a ...* ”

poucas possuem uma estrutura diversificada, e as demais possuindo forte dependência com setores tradicionais, e no período analisado poucas diferenças foram observadas conforme observado com o Quociente Locacional, onde notouse grande disparidade entre as mesorregiões.

Os extremos de concentração de riquezas e carências, as desigualdades sociais, as pressões sobre o ambiente natural enfatizam o desafio que se coloca à gestão desse espaço, para a conquista do desenvolvimento regional. Dados esses desafios, torna-se necessário a intervenção do Estado no papel de corrigir as disparidades regionais e sociais, visando orientar as políticas públicas, de forma a torná-las inovadoras frente às transformações que ocorrem na sociedade.

## 6. Referências

ALONSO, J. A. F. **Desigualdades intermunicipais de renda no Rio Grande do Sul: 1985 – 2001**. In: 2º Encontro de Economia Gaúcha. 2004. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/>. Acessado em 23/05/2009.

AMARAL FILHO, J. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista** In: Revista Planejamento e Políticas Públicas, nº 14, dez. 1996, pág. 35 a 73.

ANDRADE, T. A. **Desigualdades Regionais no Brasil: Uma seleção de Estudos Empíricos**. In: Schwartzman, J. (Org.) **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte, Cedeplar, 1977.

BOISIER, S. **Política econômica, organização social e desenvolvimento regional**. In: HADDAD, P. R.; CARVALHO FERREIRA, C. M. de; BOISIER, S. e ANDRADE, T. A. **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S. A., 1988.

CAVALCANTE, L. R. **Desenvolvimento endógeno e concentração municipal de renda na Bahia: uma análise da década de 1990**. Bahia *Análise & Dados*, nº 2, set. 2003. pág. 317 a 331.

CLEMENTE, A. **Economia regional e urbana**. São Paulo: Atlas, 1994.

GUALDA, Neio Lúcio Peres; ROCHA, Diane Fádel; FUKUI, Thiago de Jesus. **A Evolução Estrutural do Emprego: O Caso Paranaense**. Foz do Iguaçu: UEM, 2005.

HIRSCHMAN, A. O. **Transmissão Inter-Regional e Internacional do Crescimento Econômico**. In: Schwartzman, J. (Org.) **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte, Cedeplar, 1977.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, **Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses**. Curitiba: IPARDES, 2004.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Base de dados regional**. 2009. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acessado em 22/09/09.

LIMA, J. F.; ALVES, L. R.; PIFFER, M.; PIACENT, C. A. **Análise regional das mesorregiões do estado do**

**Paraná no final do século XX**. Revista *Análise Econômica*, Porto Alegre, ano: 24, n. 46, p. 7 – 26. Set. 2006.

MACEDO, Mariano de Mattos. **Fases de Desenvolvimento Regional no Brasil e no Paraná: da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense**. Revista *Paranaense de Desenvolvimento*: Curitiba, nº 103, jul./dez. 2002.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

PERROUX, F. **O conceito de Pólos de Crescimento**. In: Schwartzman, J. (Org.) **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte, Cedeplar, 1977.

RAMOS, J. M. **A Geoeconomia do Oeste Paranaense: desenvolvimento e integração regional**. Dissertação de Mestrado. Salvador. UNIFACS, 2003.

ROSSETTI, J. P. **Política e Programação Econômicas**. São Paulo: Atlas, 1993.

SANTOS, J. M. **Convergência versus divergência das rendas per capita: uma aplicação da Teoria do Crescimento na mesorregião Noroeste Rio-Grandense**. Monografia de Graduação. Passo Fundo. Universidade de Passo Fundo, 2001.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A nova economia paranaense: 1970-2000**. Maringá: Eduem, 2006.

WILLIAMSON, J. G. **Desigualdade Regional e o Processo de Desenvolvimento Nacional: Descrição de Padrões**. In: Schwartzman, J. (Org.) **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte, Cedeplar, 1977.